I

Aparente contrato de trabalho celebrado com Agustina. Considerar o art. 115.º/3 do Código do Trabalho (“Quando a natureza da actividade envolver a prática de negócios jurídicos, considera-se que o contrato de trabalho concede ao trabalhador os necessários poderes, salvo se a lei exigir instrumento especial”). Tomar também em conta a possível existência de uma procuração (tácita). A procuração como negócio unilateral. O contrato de trabalho como relação de base. A suficiência da capacidade natural do procurador (art. 263.º); a cessação da relação de base como evento que desencadeia a extinção da procuração (art. 265.º/1). Protecção de terceiros (art. 266.º); representação sem poderes (art. 268.º/1).

Constituição da associação. Objecto e fim (aparente constituição regular). Competência da assembleia geral (art. 172.º); funcionamento e aprovação de deliberações (art. 175.º). O ascendente de um dos associados praticava preços exorbitantes: análise do art. 176.º; confronto do regime especial do art. 178.º (incluindo ponderação do início e termo da contagem do prazo) com a regra geral da anulabilidade (art. 287.º). Testamento. Negócio jurídico unilateral; releva apenas a circunstância de Agustina não ter terminado o curso de Medicina, “pressuposto” para a atribuição patrimonial. Confronto do regime dos art.s 251.º e 252.º face ao art. 2202.º Possível referência ao tema da interpretação (art.s 236.º, 238.º e 2187.º)

II

a) Art. 2033.º/2/al. b) CC. O entendimento de que a referência às sociedades (a par das pessoas colectivas) apenas encontra sentido útil caso se entenda que estas não têm personalidade jurídica (“não são pessoas colectivas”), exigindo assim uma referência especial do legislador. O debate doutrinário em torno da personalidade jurídica das sociedades civis puras.

b) A remissão é feita para o prazo de prescrição da responsabilidade extraobrigacional (3 anos – art. 498.º/1) e não para o prazo prescricional da responsabilidade obrigacional (20 anos – art. 309.º). A existência de um indício quanto ao regime (mais vasto) da responsabilidade pré-contratual. A discussão doutrinária: responsabilidade obrigacional; responsabilidade extraobrigacional; “terceira via”.

c) A letra do art. 204.º/3 do CC. Mas as coisas móveis também podem ter partes integrantes. A distinção entre partes componentes e partes integrantes.